Revisão dos Documentos de Defesa: Uma Avaliação Crítica

Thiago Gehre – IRel/ UnB

Ana Carolina Melos de Sousa - IRel/UnB
Guilherme Almeida Monteiro - IRel/UnB
Isabella Borges Ávila - IRel/UnB
Juliana Ferreira de Oliveira - IRel/UnB
Rafael de Morais Lima - IRel/UnB
Raquel Fanny Bennet Fagundes - IRel/UnB[1]

> "Vamos iniciar o processo de discussão desses documentos, mas eu já antecipo que não há nenhum grande cavalo de pau com relação ao que era feito. Aliás, não se mexe numa estratégia e numa política como se dirige um carro. Não é assim que se faz. Agora, de fato existem novidades e inovações, e elas são importantes"
> (Raul Jungmann, Comissão de Relações Exteriores, 2/11/2016)

Resumo: O presente trabalho visa a elaboração de uma análise crítica da evolução dos principais documentos sobre Defesa Nacional - a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) - sob a égide do Entorno Estratégico, da Securitização de temas e as percepções de ameaças, da Defesa dos Recursos Naturais e da Participação das Mulheres nas Forças Armadas. Com o intuito de cumprir analiticamente esta tarefa este artigo se baseia nos fundamentos dos estudos críticos de segurança e do construtivismo. Para tanto foram realizadas revisões bibliográficas acompanhadas de um esforço de comparação entre as versões de 2012 e 2016 dos documentos supracitados. Como resultado principal desse esforço de pesquisa obteve-se maior conhecimento dos documentos, acompanhado da capacidade de elaboração de um quadro analítico sobre assuntos que os autores consideram cruciais para a discussão da Defesa Nacional.

Termos e Palavras-chave: Defesa Nacional; Estudos Críticos; Securitização; Entorno Estratégico, Segurança Hídrica; Gênero e Segurança.

Introdução

O momento para a discussão sobre os documentos de defesa parece ser realmente o mais oportuno por duas razões. Em primeiro lugar, o país enfrentou recentemente uma grave crise na segurança pública, no sistema prisional, de crescentes índices de violências em algumas localidades do país, o que gerou desconfiança por parte da população em relação a suas instituições e suscitou um debate sobre o papel das Forças Armadas em situações de crise doméstica. Como asseverou o General Villas Boas: "Somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser." (VALOR, 2017).

Há um entendimento de que o emprego das forças armadas se dá dentro do quadro de preservação e manutenção da democracia, consoante artigo 142 da Constituição da Garantia da Lei e da Ordem, bem como no sentido de criar as condições para que outros setores do governo adotem medidas de caráter econômico-social para transformar o quadro de insegurança. Explica

[1] As autoras e os autores deste trabalho gostariam de agradecer o Prof. Dr. Thiago Gehre, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRel/UnB), pelo suporte na escrita e revisão.

o General Villas Boas: “Quando o emprego da estrutura policial não for suficiente, se emprega outra instância, as Forças Armadas” (VALOR, 2017).

Em segundo lugar, existe um contexto turbulento e de transformação nas relações internacionais, em particular na América do Sul, considerada fundante para a política externa brasileira e parte do entorno estratégico da defesa nacional. Dois movimentos colocam em alerta as instituições e pesquisadores em segurança e defesa:

a) Reviravoltas no processo de paz na Colômbia e a possibilidade de membros desmobilizados das FARC se juntarem a outras estruturas de guerrilha, como a Frente de Libertação Nacional ou guerrilhas urbanas.
b) A crise na Venezuela que coloca a comunidade internacional, em especial dos países latino-americanos, com uma carga de responsabilidade muito grande, pois algumas ações equivocadas podem pressionar o governo de Nicolás Maduro a escalar o uso de violência contra parte da população oposicionista. (CORREIO BRAZILIENSE, 2017).

Neste contexto, a atualização dos três documentos que constituem o cerne da Defesa Nacional (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa) ganha bastante atenção pela sociedade brasileira, pois são os documentos que norteiam a doutrina e as práticas de defesa e segurança do Brasil e que deveriam se estruturar nos 4 “Ds”: defesa, desenvolvimento, diplomacia e democracia.

Mas quais são de fato as novidades e inovações verbalizadas pelo atual ministro da defesa em relação aos três documentos? Este artigo propõe uma avaliação crítica acerca dos Documentos Nacionais de Defesa em quatro eixos: o entorno estratégico, a Securitização e as percepções de ameaça na formulação de agendas e políticas de defesa nacional; a defesa dos Recursos Naturais, com foco no Papel da Segurança Hídrica; e do papel crescente da mulher nas Forças Armadas em conjunto com a luta pela igualdade de gênero nessas Instituições.

1. Contexto, conceitos e teorias

Para melhor compreender o atual arranjo das Forças Armadas e dos ambientes militares do país, notou-se ser relevante a compreensão da Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa, e ter conhecimento acerca do Livro Branco da Defesa Nacional. A partir dessa investigação, pode-se encaminhá-la para a temática de pesquisa.

Ainda nesse contexto, sabe-se que o Estado deve promover segurança e defesa, para que assim, a sociedade possa alcançar seus objetivos de desenvolvimento (Brasil, 2016, p. 22). Conforme aparece no Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), o país deve buscar formas de garantir que sua população não seja sujeitada a enfrentar conflitos e agressões externas. Atrelada a essas ideias, a Política Nacional de Defesa é estabelecida, pela primeira vez em 2005, para capacitar o aparato militar no sentido de tornar possível promover essas condições pontuadas, ou seja, são medidas e ações que o Estado deve tomar, com base na expressão militar, a fim de defender o território de ameaças externas, buscando garantir soberania e salvaguardar as pessoas, recursos e interesses nacionais.

Dessa forma, a Política Nacional de Defesa (PND) visa expressar os objetivos que a Defesa Nacional deve assegurar, buscando contribuir para a percepção de um estado de Segurança Nacional e para a consolidação do Poder Nacional, sem, contudo, abandonar os princípios de solução pacífica de controvérsias e promoção da paz e da segurança internacional, conforme expressos no artigo quarto da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; 2016). A nova PDN, que se encontra ainda em apreciação no Congresso Nacional, trata de oito objetivos principais:

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.

II. Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.
III. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, localizados no exterior.
IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.
V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil junto às nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.
VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.
VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

De novidade, parece ser o sentimento de que se faz necessário uma verdadeira articulação dos setores do governo para a consecução dos objetivos da PND, bem como a "interação da Defesa com as políticas dos demais órgãos da Administração Federal. A ideia é empregar de forma mais racional as capacidades e potencialidades do país[2]. Atrelado a isso, o Livro Branco da Defesa Nacional é o documento que rege a Política Nacional de Defesa. Nele podem-se encontrar os dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas. Outrossim, esse Livro deve ser público e exporá visão do governo, partindo de análises governamentais acerca da defesa nacional, e além disso, contribuir com a cooperação entre diferentes Estados.

Ademais, surge em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa, com a finalidade de traçar caminhos que pudessem assegurar o alcance dos Objetivos Nacionais de Defesa. Essa estratégia encontra-se voltada para a preparação das Forças Armadas – ponto crucial para a investigação do tema a ser tratado na pesquisa – buscando atender as necessidades de equipamento, com o objetivo de garantir segurança mesmo em tempos de crise ou conflito armado. A estratégia de defesa correlaciona-se à capacidade de dissuasão do país em um cenário hipotético de agressão ou ameaça, ter os meios de repelir a agressão ou desestimular quem nos ameace por nossa capacidade de reação ou de retaliação. A dissuasão, em termos de defesa, em termos militares, se articula com a cooperação (BRASIL, 2016a)

Além disso, apresenta o que se denomina de "setores estratégicos de defesa", considerados "fundamentais e decisivos no presente, em termos de futuro e de desenvolvimento" de meios de dissuasão em três setores, o espacial (liderança da Aeronáutica), o cibernético (liderança do Exército), e o nuclear (liderança da Marinha). Alguns dos desafios se referem tanto à operacionalização da END, ou seja, torná-la mais do que um baluarte, como o de alinhar os níveis nacional e subnacional no que tange os sistemas de inteligência, vigilância e defesa, bem como as especificações regionais de um país continental como o Brasil.

Para cumprir analiticamente esta tarefa este artigo se baseia nos fundamentos dos estudos críticos de segurança e do construtivismo. Primeiro, percebe-se uma mudança no objeto de referência dos estudos de segurança para inclusão de setores como o ambiental e o societal (BUZAN 199), bem como pelo deslocamento do foco de atenção para os indivíduos e grupos vulneráveis. Com isso, estabelece-se um novo status ontológico da segurança como condição ou sentimento, e que tende a sofrer com diferentes tipos de ameaças vindas de várias direções. Para Jones (1999, 80) "*the statism of traditional security studies*" não se sustenta empiricamente e parece muito mais agir como justificativa ideológica para o status quo prevalecente: "*a status quo in which the vast majority of the world's population are rendered chronically insecure*".

---

[2] Seminário "DEFESA: Política de Estado - Soberania, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica". CREDEN, Brasília 23/11/2016. Disponivel em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/eventos/Seminarios%20-%202016/23-11-seminario-defesa-politica-de-estado-soberania-desenvolvimento-e-inovacao-tecnologica

Segundo, ao construir uma visão dominante sobre o mundo que nos rodea, esquecemos de questionar quanto destas percepções e imagens são na verdade más percepções e estereótipos. Para Jones (1999, 75), "*in much of the world, states, far from fostering an atmosphere within which stability can be attained and prosperity created, are one of the major sources of insecurity for their citizens*".

Este artigo busca fazer uma avaliação crítica dos documentos de defesa olhando tanto para o processo de construção como para os novos temas como água e gênero. Além disso, agrega uma dimensão crítica de questionamento científico, baseado na empiria e na análise documental, sobre os alcances e limites da tríade PND, END e LBDN.

2. Eixos de avaliação dos documentos de defesa

Neste artigo propomos quatro de eixos de avaliação dos documentos de defesa e que proporcionam substância suficiente e adequada para se compreender possíveis mudanças e continuidades no processo de interação da sociedade e governo e empresariado no que tange a arena de segurança. O primeiro eixo lida com o conceito de entorno estratégico. O segundo trata dos possíveis processos de securitização embutidos no processo de revisão. O terceiro aponta para uma área específica, recursos naturais, visando a segurança hídrica como parte de um conjunto de novos temas não tradicionais da agenda de segurança internacional. O quarto discute o papel das mulheres nas forças armadas, procurando auscultar se houve alguma modificação no seu status nos últimos anos.

2.1 Entorno estratégico

Por entorno estratégico, entende-se a região de interesse prioritário para assuntos de defesa nacional (PANDIÁ CALÓGERAS, 2017). A definição do entorno estratégico brasileiro diz respeito a seu contexto geopolítico e à disponibilidade de recursos naturais. O debate sobre essa temática requer uma análise do contexto internacional em que se insere, uma vez que se coloca como reflexo do concerto global.

Com o estabelecimento da doutrina norte-americana de Guerra Global ao Terror, como resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, houve um importante retorno aos debates sobre segurança internacional no campo das Relações Internacionais. Isso porque, apesar de a lógica da doutrina ser fundamentada na perseguição a grupos classificados por Washington como terroristas, acredita-se que ela venha sendo utilizada como instrumento para alcançar objetivos geoestratégicos norte-americanos, principalmente no que diz respeito à busca por fontes alternativas de fornecimento de petróleo. (VANDELL; LASMAR, 2015).

Levando em consideração esse contexto, também nessa primeira metade da década de 2000, a Petrobras já iniciava seus estudos em busca de petróleo *offshore* na camada pré-sal da plataforma continental brasileira. Já em 2003, as análises dos relatórios técnicos da área apontavam para chances reais de existência de um grande volume de reservas. No entanto, cabe ressaltar, essas informações foram mantidas distantes da mídia até 2007, quando a empresa anunciou as estimativas de prospecção de uma quantidade muito significativa de petróleo - só no campo de Tupi, pensava-se em algo entre 5 e 8 bilhões de barris (MORAIS, 2013).

A partir desse fato, é possível observar um novo despertar de interesse pela região do Atlântico Sul, tanto por países da região como por atores externos, devido às suas potencialidades reveladas. Coube ao Brasil um papel de liderança na condução desse processo crescente de revitalização da área (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). Nesse sentido, a PND, aprovada pelo Congresso Nacional em 2005, é o primeiro documento importante no estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional no Brasil. Ela define a América do Sul como ambiente regional em que o país se insere. No entanto, vislumbrando um cenário de

cooperação, estabelece o entorno estratégico como uma região que extrapola o território da América do Sul e se estende em direção ao Atlântico Sul, de forma a englobar a costa atlântica do continente africano (BRASIL, 2005). Essa ideia será consagrada posteriormente quando do estabelecimento da Estratégia Nacional de Defesa de 2008 (BRASIL, 2008).

Como apontam Nasser e Moraes (2014), a América do Sul ainda se caracteriza como uma região distante de conflitos, o que justifica o baixo investimento no setor de defesa dos países que compõem a região relativamente a outras regiões do mundo, apesar do contexto de aumento de tensões no cenário internacional. Contudo, os autores ressaltam que essa conjuntura desenhada a partir da guerra global ao terror e a intensificação de problemas internos, como a questão do narcotráfico, contribuíram para um trabalho de reformulação dos conceitos de segurança e redefinição de ameaças nos países da região (NASSER; MORAES, 2014).

Do outro lado, a região do Atlântico Sul desponta pela significativa capacidade de produção de petróleo não só com as descobertas do pré-sal brasileiro, mas também com as já conhecidas reservas do Golfo da Guiné, na costa ocidental da África.

Dessa forma, o Livro Branco de Defesa Nacional define, em 2012, a partir do conceito de entorno estratégico traçado em 2005 pela PND, os dois focos para a política de defesa no Brasil, a saber: a Amazônia Legal e a Amazônia Azul[3]. Essa designação diz respeito à necessidade de garantir a soberania brasileira sobre essas regiões devido à importância dos recursos naturais ali disponíveis. Nessa lógica, o documento estabelece a promoção de um grandioso projeto de modernização das Forças Armadas que tornaria possível a execução dessa política de defesa. Como principal instrumento desse projeto, o Brasil vai se focar na cooperação por duas frentes: uma através da UNASUL[4] - e nesse âmbito principalmente o Conselho de Defesa Sul-Americano -, com seus vizinhos sul-americanos, e outra através da revitalização da ZOPACAS[5] com os parceiros da costa atlântica africana (BRASIL, 2012).

Dentre os principais projetos estabelecidos pelo Livro Branco de 2012 para a modernização das Forças Armadas, estão: a modernização do Aeródromo São Paulo (PRONAe), que integra a estratégia de negação do uso do mar pelo inimigo segundo sua função operacional de projeção de força; o PROSUB que prevê a construção do submarino nuclear brasileiro, também para negação do uso do mar; a construção do avião da EMBRAER de transporte médio e abastecimento KC-390, que tem como objetivo o fortalecimento da indústria nacional, integrando desenvolvimento industrial e defesa; o projeto FX-2 para aquisição de aeronaves de interceptação e ataque, o qual acabou com a compra dos caças suecos Gripen em 2013; e, por fim, o projeto Guarani, do Exército Brasileiro, que consiste da implantação da Nova Família de Blindados de Rodas para a defesa da região amazônica (ALEGRETTI, 2015; BRASIL, 2016; MENDONÇA, 2011).

Em 2016, iniciou-se a elaboração dos novos documentos que ditam as diretrizes da política de defesa no Brasil. A nova PND não trouxe alteração na definição de entorno estratégico, mantendo, portanto, a região que engloba a América do Sul e o Atlântico Sul. No entanto, diferentemente do documento anterior, encontram-se aqui expressos os anseios de fortalecimentos dos laços tradicionais que unem o Brasil à Europa e a América do Norte. Nesse

---

[3] Conceito elaborado em 2004 pelo então Comandante da Marinha Brasileira, Almirante-de-Esquadra, Roberto de Guimarães Carvalho, para exaltar a importância de se proteger a os recursos existentes na plataforma continental brasileira, fazendo alusão às riquezas da Amazônia (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

[4] Organização criada em 2008 pelos países sul-americanos que visa a consolidação do processo de integração regional (COSTA, *et al*, 2015).

[5] A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é uma organização que reúne os países que compartilham a região sul-atlântica, tanto do lado sul-americano como do lado africano. Foi criada em 1986 com o objetivo de afastar a crescente ameaça de militarização da região, a exemplo do que aconteceu na porção norte do Oceano com a criação da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte -, mas permaneceu inativa durante a década de 1990 com o estabelecimento das políticas neoliberais principalmente na América do Sul (BARBOSA, 2015).

último, em especial, fala-se da proximidade com o mar do Caribe que traz a necessidade de dar atenção a região norte do continente (BRASIL, 2016a).

Em relação ao Livro Branco, a nova edição trabalha, de maneira geral, com a continuidade dos projetos traçados anteriormente (BRASIL, 2016b). Para a Força Aérea, o projeto FX-2, como já dito antes, foi finalizado com a assinatura do contrato em 2013, fechando a aquisição de 36 caças Gripen da empresa sueca Saab, com previsão da primeira entrega para 2019 (IISS, 2017). Ademais, o cargueiro KC-390, de fabricação da brasileira EMBRAER, já tem seu protótipo pronto e se encontra em fase de testes, com previsão de entrega para o ano que vem (2018) (PORTAL BRASIL, 2016). No âmbito da Marinha, fortalece-se a ideia da manutenção do investimento para a realização do PROSUB (BRASIL, 2016). Por outro lado, no começo desse ano de 2017, o almirantado da Marinha decidiu desativar o Navio Aeródromo São Paulo por acreditar que o projeto que previa sua modernização envolvia custos muito altos para um tempo de vida útil que não compensaria. A decisão, que não partiu do Ministério da Defesa ou ainda do então Presidente da República, acabou por direcionar os esforços de modernização para o PROSUB, que virou prioridade para a Marinha (GODOY, 2017). Por fim, a nova edição do Livro Branco preserva também a continuidade do Projeto Guarani no âmbito do Exército Brasileiro (BRASIL, 2016).

Entretanto, é preciso pontuar, como anteriormente, o novo contexto em que esses documentos estão inseridos. Nota-se, primeiramente, uma mudança de inflexão no perfil de atuação internacional do novo governo, encabeçado por Michel Temer, em relação aos governos anteriores do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Rousseff. A própria retomada das relações com o Norte como eixo importante da PND demonstra esse fato, enquanto no documento anterior, de 2005, sequer é tratada essa temática (BRASIL, 2005; 2016). Ademais, é preciso ressaltar o período de crise política e econômica pelo qual o país vem passando desde 2015, tendo-se acentuado vigorosamente com a instauração do questionado processo de impeachment contra a ex-presidenta Rousseff. Esse cenário de crise se estende pelos demais países da América do Sul, cujo caso mais emblemático é o da crise da Venezuela que escalona com grande rapidez nos últimos meses, mas que foi iniciada ainda em 2013 com a morte de Hugo Chávez (ALBUQUERQUE, 2017). Dessa forma, houve retraimento dos investimentos no setor de defesa nesses últimos anos, a partir de 2015, depois de um período de 12 anos de aumento, o que acabou inviabilizando a execução dos projetos previstos. Esse cenário contribuiu para que os novos documentos trouxessem uma visão menos ambiciosa para os planos de modernização das Forças Armadas pelo que é possível observar em ambos os textos.

2.2 Securitização

Nesta parte busca-se, a partir da Teoria da Securitização e a Percepção das Ameaças Internacionais compreender que tipo de cultura de Defesa Nacional se estabeleceu no interregno 2012-2017.

A análise dos últimos Documentos Nacionais de Defesa (Livros Brancos e PNDs/ENDs) e de suas principais diretrizes acerca das ameaças e principalmente acerca do que se deve defender, proporcionou o surgimento de um questionamento acerca da natureza da problemática envolvida na construção de tais pontos nos documentos: existe realmente uma congruência na identificação dos objetos ameaçados e dignos de serem seguros? Quais são esses objetos? Como se enquadra tal processo de securitização?

A primeira parte buscará esclarecer e apresentar as ferramentas utilizadas para a análise: a Teoria da Securitização e o *Framing* ou seja, os enquadramentos das questões de segurança no Brasil (Pinto 2014). Em seguida, busca-se enquadrar as Teorias de Securitização no contexto dos Documentos Nacionais de Defesa. Enfim, propõe-se uma avaliação pela análise sobre a congruência dos objetos ameaçados em ambas edições de tais documentos.

2.2.1 Teorias de Securitização

Sucintamente, a securitização consiste em uma preocupação política e cultural acerca da generalização do conceito de segurança e sobrevivência. Sua estrutura básica se configura na existência de um ator que formula um discurso (direto, literário ou implícito) buscando identificar uma ameaça à um objeto que cause empatia em uma audiência. Observa-se um objeto não-político e o leva à uma condição extra política, ou seja, retira-se alguma pauta fora âmbito de discussões e agendas políticas e "eleva" tal pauta a um status passivo de ação política propondo medidas extra-políticas que poderão solucionar ou elucidar tal pauta. (PEOPLES, 2010) Basicamente, *"*a securitização se refere ao processo que constrói, em última instância, um entendimento social compartilhado sobre as ameaças que um objeto relevante enfrenta" (MALIK, 2015, pp. 81).

O ato do discurso é o marco zero e criador de processos de securitização, onde "como um ato de fala, a securitização está localizada no domínio do argumento político e da legitimação discursiva, e as práticas de segurança são, portanto, passíveis de crítica e transformação*"* (WILLIAMS, 2003, pp. 512). Consiste em um ato de fala ilocucionária ou locucionário, onde uma mensagem está implícita ou em um ato de fala ilocucionário onde observa-se uma mensagem para além daquilo propriamente explícita (SEARLE, 1969). Para analisar sua "eficiência", dispõe-se de uma ferramenta analítica, o *Security Framing*. Carvalho Pinto (2014) propõe um Security Framing que consiste em um método de análise que observa o discurso em duas dimensões: a do formulador do discurso e a da audiência. A dimensão do ator e formulador do discurso é chamada de Credibilidade e a dimensão da audiência é chamada de Saliência. Os critérios da Credibilidade são: a credibilidade empírica, a credibilidade do articulador e consistência do discurso. Os critérios da Saliência são: centralidade do assunto, comensurabilidade experimental e fidelidade narrativa. Compilados por Carvalho Pinto, tais critérios das dimensões supracitados elaborados por Snow & Benford (2000) e Derichs (2004), se organizam de tal forma:

Tabela 1 – Os critérios do enquadramento da segurança (PINTO 2014).

Ator Securitizador →Ameaça Existente → Audiência			
	Dimensões	**Critérios**	**Definições**
Ressonância (condições de conveniência)	Credibilidade	Consistência	Articulação lógica dos elementos constitutivos
		Credibilidade Empírica	Conexão com os problemas existentes percebidos pelo grupo-alvo
		Credibilidade do Articulador	Legitimidade concedida pelo proponente
	Saliência	Centralidade	Grau de importância do tema dentro do sistema de valores do grupo-alvo
		Comensurabilidade Experimental	Conexões com o ponto de vista do grupo alvo
		Fidelidade Narrativa	Ressonância Cultural

2.2.2 Documentos de Defesa Nacional e as ameaças percebidas.

Após essa breve apresentação das ferramentas teóricas que serão utilizadas neste artigo, se faz necessária uma análise crítica da formulação dos Documentos de Defesa Nacional, em específico o caso das ameaças percebidas. De acordo com a definição de John R. Searle (1969), aplica-se no caso o ato de fala ilocucionário, onde a exposição das ameaças "esconde" uma vontade e um direcionamento "enviesado" pelos autores do processo, onde se verifica implicitamente uma justificativa para se "manter" e fazer a manutenção das forças armadas e também de se elaborar políticas organizadas em um documento de defesa organizado.

Baseando-se na compilação proposta por Pinto (2014), primeiramente, deve se atentar para a delimitação do (s) autor (es) do "discurso" de securitização: os elaboradores dos DDNs representados na figura do Ministério da Defesa (MD). Segundo enquadramento de segurança, o MD possui: credibilidade como articulador pois consiste em um órgão público e com poder de agência; possui credibilidade empírica por ser uma instituição responsável pela defesa e segurança do país e mediante à sua composição de técnicos e especialistas no assunto, o MD possui consistência. Em segundo lugar, deve-se atentar para a identificação da audiência destinatária de tal "discurso": a classe política brasileira.

Utilizando do enquadramento de segurança, verifica-se na classe política brasileira: uma centralidade do assunto, tendo em vista que a soberania nacional e a defesa dos recursos naturais sempre fizeram parte da agenda nacional; possui uma comensurabilidade experimental pois, principalmente no DDN de 2017, o atual Ministro Raul Jungmann já fizera parte do Congresso Nacional como deputado federal pelo estado de Pernambuco e por fim, possui uma fidelidade narrativa por se tratar de um tema de extrema importância para o cenário nacional e que por consequência, apresenta uma grande ressonância cultural. Pode-se verificar tal a saliência de tal discurso e sua ressonância empiricamente no Parlamento Brasileiro, mais precisamente na sessão 302.3.54.0, onde se discutiu a importância da aprovação de tais documentos. A deputada Perpétua Almeida, do PCdoB-AC, salientou que:

> Ao referendar esses documentos basilares da Defesa Nacional, a Câmara dos Deputados contribui para definições estratégicas que podem resultar na elevação da capacidade do Brasil em resguardar sua soberania e independência nacional, atualizar seu pensamento geopolítico e geoestratégico e ainda reaparelhar e adequar suas Forças Armadas a essas visões e definições nacionais (ALMEIDA, 2013)

O deputado Nelson Pellegrino, PT-BA, afirmou a relevância da formulação de tais pautas ao expor que países desenvolvidos possuem um documento similar (PELLEGRINO 2013). Vale-se pontuar o fato que tais deputados faziam parte da situação governamental, acentua-se a comensurabilidade experimental. A recepção no parlamento, do documento de 2012 demonstra a eficiência do discurso e um alinhamento entre os autores do discurso e sua audiência. O artigo parte do pressuposto de que a classe política brasileira corresponde aos representantes da nação brasileira.

Analisando o PDN/EDN de 2012 e comparando com as "edições" de 2017, verifica-se um padrão de ameaças internacionais: os recursos naturais e a riqueza natural nacional como objetos à serem securitizados. A construção do discurso que busca endossar a importância da existência de uma força de dissuasão pontua, em ambas edições, a crescente realidade internacional de escassez e projeta no futuro uma possível "distopia" acerca do ambiente internacional, onde tal escassez acarretaria um possível conflito entre os detentores de tais recursos e as nações interessadas, levando-se em consideração a existência de um sistema internacional assimétrico no que se diz respeito à distribuição material das partes. As novas formas de conflitos acerca a inserção e do engajamento internacional brasileiro também estão na pauta dos formuladores.

Nas seções 3 do PND de 2012 e 2.3 do PND de 2017, tais preocupações são explicitadas e verifica-se, de forma implícita, um certo apelo para defesa da grandeza nacional e de seus recursos, pontos que serão trabalhados nas seções 5.1 do PND 2012 e na 2.2.13 do PND 2016. Analisando tal conjuntura, formula-se o seguinte esquema: autor (es) – elaboradores dos documentos è ameaça - apontam a importância dos recursos naturais e como isso pode atrair, num futuro projetado, o interesse de outras nações e com isso, existir uma violação da soberania nacional è audiência – corpo político e decision makers brasileiros.

A minuta do Livro Branco que está sendo apreciado em 2017 traz um conceito relevante para o endossamento de seu discurso: o conceito de Conflitos Híbridos, onde o cenário de ações é tanto informacional "quanto real" (LBDN, 2017, pp. 28). Os autores buscam apontar a necessidade de um engajamento internacional, através de medidas extra políticas, como a explicação da necessidade de se dar uma atenção especial para a formulação de agendas para as políticas de defesa nacional:

> "Um cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa brasileira, quanto em sua política de defesa. O fenômeno da globalização ampliou o acesso a avanços tecnológicos, favoreceu movimentos de pessoas e abriu oportunidades econômicas e comerciais, mas também facilitou a disseminação de ameaças de naturezas distintas, como o terrorismo, o narcotráfico, o tráfico de armas, a pirataria e pandemias, que põem à prova a capacidade do Estado. Crises econômico/financeiras, sociais, energéticas e ambientais podem ter reflexos para a paz e segurança em várias regiões do mundo." (LBDN, 2017, pp. 28)

2.3 Defesa Nacional e os Recursos Naturais: um olhar sobre a Segurança Hídrica

No tocante aos recursos naturais, os principais trabalhos de Defesa do país determinam em linhas gerais o que pode ser considerado como o compromisso de defesa do patrimônio natural. Os trabalhos identificam os vultosos recursos disponíveis dentro do território nacional e na realidade do entorno estratégico, em especial a América do Sul.

O Livro Branco, em especial, nas suas versões de 2012 e 2016 explicita que a noção de defesa dos recursos naturais obedece às noções de um regime internacional, invocando o 2º Princípio da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, afirmada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Segundo ele:

> Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992)

À luz do exposto, a análise dos trabalhos permite também a identificação de duas zonas consideradas mais importantes para a Defesa. Em primeiro lugar, a Amazônia, com sua biodiversidade, recursos hídricos e vastos recursos minerais, acompanhada dos Aquíferos Guarani e Alter do Chão que correspondem a zonas de abastecimento e recarga de sistemas essenciais para regiões onde estão localizados.

Nesse cenário, o elemento da água pode ser visto como essencial para a Defesa Nacional. Pretende-se, portanto, analisar em que vias os documentos contribuem para a consolidação de um cenário de Segurança Hídrica dentro do Território nacional, apontando iniciativas e potenciais oportunidades.

A conceituação de Segurança Hídrica é um paradigma que desperta interesse e motiva

trabalhos de autores e instituições já consolidadas. Elaborações mais recentes sobre o tema são marcadas por uma expansão do foco inicial nos aspectos quantitativos e de disponibilidade da água para o uso humano para preocupações com qualidade hídrica, saúde humana e ecológicas (COOK E BAKKER, 2012). Dessa forma, entendemos segurança hídrica como a disponibilidade de uma quantidade e qualidade aceitável de água para a saúde, meios de subsistência, os ecossistemas e a produção econômica, juntamente com um nível aceitável de riscos relacionados à água (GREY E SADOFF, 2007). Se, de um lado, há um entendimento consolidado de que essa percepção ampliada de segurança hídrica é crítica para o crescimento e para o desenvolvimento social e econômico (COOK E BAKKER, 2012; LAUTZE E MANTHRITHILAKE, 2012); de outro, a sua promoção representa um desafio para a gestão pública por exigir uma intensa capacidade de coordenação entre setores e atores variados.

Além disso, o UN-Water (ONU-Água – Mecanismo interagências das Nações Unidas para todos os problemas relacionados à água doce) em seu documento intitulado: “Water Security and the Global Water Agenda: A UN-Water Analytical Brief” dedica atenção especial a Segurança Hídrica e sua relação com conflitos. A relação de mão dupla entre esses dois aspectos, onde a falta ou ameaça da segurança hídrica pode ser uma causa de conflito e/ou vetor de agravamento, ao mesmo tempo que o conflito pode ser um atentado à disponibilidade dos recursos. (UN-WATER, 2013)

Com isso, a possível percepção de Segurança Hídrica pelas forças armadas no Brasil pode ser elencada a partir de quatro pontos: as fronteiras, a resolução de Conflitos sobre recursos hídricos e o desenvolvimento. Em primeiro lugar, a questão das fronteiras do país sempre esteve entrelaçada aos recursos hídricos, e como mostrado nos Mapas 1 e 2, elaborados pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil compartilha com os países vizinhos um número considerável de corpos hídricos, em condições diversas, por vezes a montante, por vezes a jusante. Esse fator, realça a importância de um monitoramento dos rios e dos limites do país a fim de não se comprometerem as condições dos recursos.

A visão da resolução de conflitos sobre recursos hídricos, está associada principalmente às situações de escassez. Nesses momentos o exército brasileiro, em especial tem atuado para a garantia da distribuição e abastecimento, dentro do Livro Branco, essas ações estão dentro das chamadas ações subsidiárias e complementares.

Mapa 1: Rios Transfronteiriços do Brasil

FONTE: ANA, 2017[6]

Um fator de atenção é a importância do desenvolvimento. Dentro dos documentos analisados neste artigo, constantemente, os uso e a proteção dos recursos naturais são elencados como aspectos essenciais para o desenvolvimento do país. Dentro da discussão Hídrica o chamado potencial hidrelétrico, e levantado como parte substancial do desenvolvimento.

Um exemplo da utilização da água no desenvolvimento que é abordada nos documentos é o Programa Calha Norte, que com o intuito de vigilância e aumento da presença do Estado na Região amazônica, acabou tendo um alcance social crescente nos últimos anos. Esse programa auxilia no desenvolvimento das comunidades locais, visando a promoção da infraestrutura e melhores condições de vida para a população através de convênios com outras agências e órgãos do governo. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017a)

Além desses três eixos principais, uma outra menção que não poderia ser esquecida e que acaba orbitando por dois dos eixos é a questão da navegação. A atenção a malha hidroviária aparece nas duas edições analisadas.

Mapa 2: Aquíferos Transfronteiriços do Brasil

[6] Esses mapas foram elaborados pela Agência Nacional de Águas para a utilização no folder apresentado no Aniversário da Agência Brasileira de Cooperação sobre a importância dos Recursos Hídricos na Cooperação Internacional

FONTE: ANA, 2017²

Por fim, por mais que a segurança hídrica não possua menção direta dentro dos documentos analisados ela acaba ganhando importância dentro da discussão da defesa dos recursos e das ações das forças armadas. Essa realidade abre margem para um possível melhor engajamento das forças armadas com as ações dos órgãos técnicos e agências reguladoras responsáveis. Um exemplo é a capacitação do corpo do Exército e da Marinha para atividades de monitoramento de qualidade e quantidade de água nos corpos constantemente patrulhados por essas forças.

Enfim, a visão dos recursos como patrimônio nacional, a ser defendido e preservado, com vias a garantia do desenvolvimento e soberania do país, largamente apresentada nos materiais analisados é importante no contexto de um país com a quantidade de recursos como o Brasil. Porém, uma abordagem mais focada na importância dos recursos hídricos, sua utilização e posição estratégica, seria fundamental para a construção de um entendimento mais completo dentro das instituições que gerenciam a defesa nacional.

2.4 Mulheres nas forças armadas

Nos dias atuais, a questão da igualdade de gênero tem se tornado pauta frequente em praticamente todos os âmbitos da sociedade. Na arena militar, não foi diferente: a questão da inserção de mulheres nas forças armadas se transformou em assunto recorrente nos debates acadêmicos, políticos e na arena militar, sendo relevante para a Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil (MELLO, 2016).

Tal assunto tangencia pontos que envolvem uma mudança na visão do papel atribuído à mulher dentro dos conflitos, uma vez que a parcela feminina da população, dentro das pautas de segurança internacional, foi por muito tempo vista apenas como vítima e não como combatente. Apesar de tais crenças comumente compartilhadas ao longo do tempo, é importante entender o porquê da inclusão das mulheres ser tão relevante para as forças armadas brasileiras e a área de defesa.

Primeiramente, é importante ressaltar que a Constituição Federal Brasileira de 1988 defende o combate à discriminação e a defesa da igualdade de gênero. Assim sendo, tal tema constitui pauta constitucional, fazendo com que argumentos banais para a não inclusão da mulher nas forças armadas – tais como diferenças de estatura física, menor capacidade de força e/ou atribuição do cuidado com a família às mulheres – caiam por terra. É importante se ter em mente que argumentos semelhantes, sempre baseados em uma visão patriarcal de que homens e mulheres têm papéis diferentes dentro da sociedade, já foram utilizados para afirmar que mulheres não tinham capacidade de exercer diversas outras profissões, não sendo uma particularidade das atividades militares (CAVALCANTE et al, 2016).

Faz-se necessário, portanto, perceber que a carreira militar também é de interesse das mulheres e que, a mera alocação delas em atividades burocráticas não contempla aquelas que se identificam com o trabalho das linhas de frente das forças armadas (MAGALHÃES; ANDRADE, 2015). Observa-se também que a maior inserção de mulheres nas forças armadas tem reduzido os preconceitos enfrentados pelas mulheres em tais áreas, corroborando para a crença de que o aumento numérico destas nestes âmbitos é essencial para uma reconfiguração simbólica que ainda localiza o espaço militar como masculino (CARREIRAS, 1995).

Para além disso, existe uma relação entre a inclusão de mulheres nas forças armadas e as práticas de defesa e segurança do Brasil: a ligação entre igualdade de gênero e desenvolvimento. A questão do desenvolvimento esteve fortemente presente na doutrina e nas práticas de defesa brasileiras, tendo papel de destaque na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END) do país por anos e estando presente até os dias atuais (BRASIL, 2016a). Medidas para a inclusão de mulheres em todos os postos das forças armadas contribuem, de certa forma, para mecanismos de avanço social, sendo mais que uma condição de liberdade, mas questão essencial para as temáticas de desenvolvimento e contribuindo para a força produtiva nacional que influencia o papel do Brasil no cenário internacional do século XXI (CAVALCANTE et al, 2016).

A inclusão de mulheres em carreiras militares ainda influencia positivamente o papel do país no exterior ao corroborar os compromissos internacionais do Brasil frente à promoção da igualdade de gênero. Isso pode ser visto na ratificação da Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) — que estabelece o compromisso de combater todas as formas de discriminação contra as mulheres —, da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) — que em seu primeiro artigo ressalta a garantia de liberdades e direitos sem discriminação alguma —, da Convenção da OIT no. 111 (1958) — que aborda a discriminação em matéria de Emprego e Profissão —, da Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953) — que dispõe sobre a elegibilidade das mulheres para ocupar qualquer posto público e exercer qualquer função pública estabelecida pela legislação nacional —, e da Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948) — que concede às mulheres os mesmos direitos civis dos os homens (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2016). O compromisso do Estado brasileiro com a igualdade de gênero nas forças armadas também pode ser visto em instrumentos não vinculantes de direito internacional, como na Resolução S/RES/1325 de 2000 e no plano de ação derivado deste, que abordam a relação entre mulheres, paz e segurança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

O conjunto de dificuldades, resistências e deficiências das Forças Armadas no Brasil e na América Latina em cumprir com um projeto de igualdade de gênero têm sido alvo de debates há alguns anos (MATHIAS, 2009; MATHIAS & ADÃO, 2013). Um dos desafios é a falta de um debate civil e público sobre a questão, bem como sua marginalização como uma "não questão". Outro aspecto se refere a interseccionalidade da matéria com as dimensões da pobreza, exclusão étnica, criminalidade, que acabam por esconder o problema da desigualdade de gênero. Além disso, algumas carências de regulamentação formal e de marcos institucionais

em alguns países latino-americanos se juntam ao não cumprimento de leis importantes, como a Lei Maria da Penha, no caso do Brasil, como fatores que minam o avanço nesta área. Por fim, entende-se que um dos caminhos não seria a absorção da mulher por completo, mas a desmilitarização das sociedades modernas .

Apesar disso, e mesmo após 17 anos de tal resolução, a Revista Brasileira de Defesa Nacional ainda peca na quantidade de artigos envolvendo mulheres, sendo por via de pesquisa um número praticamente nulo se comparado com as diversas edições existentes, o que denota um grande desafio que ainda se encontra no meio dessa esfera para a inclusão do gênero feminino. O mesmo pode se dizer da PND e do END que, apesar da relação tênue com a questão de desenvolvimento, citaram em sua última edição de 2016 apenas uma vez a questão de gênero e não deram grandes encaminhamentos para a questão.

As evoluções acerca do papel das mulheres no modelo antigo do Livro Branco, de 2012, em contraste com a minuta de 2017 são mínimas, porém alguns avanços merecem atenção. Em primeiro lugar vale ressaltar a lei no 12.705/12, responsável por um salto significativo dentro das forças armadas, a admissão de mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) à partir do ano vigente (BRASIL, 2016b). Além disso, no final de 2012 a Marinha promoveu a primeira mulher brasileira ao generalato e 2 anos após, em 2014, admitiu a primeira turma de mulheres aspirantes na Escola Naval (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016b).

Entre os anos de 2012 e 2016 houve um aumento expressivo no número de mulheres militares nas Forças Armadas. A Aeronáutica de 4.000 mulheres passou para mais de 10.000, consagrando-se assim o maior contingente feminino das forças, o Exército aumentou seus números de 6.500 para aproximadamente 8.100, enquanto a Marinha obteve um considerável aumento de 5.800 para aproximadamente 10.000 mulheres. Assim, há uma evidência da busca cada vez maior da inserção feminina em um meio majoritariamente de homens (PORTAL BRASIL, 2017a).

Em conjuntura com esse aumento no efetivo feminino, há o questionamento recorrente sobre a capacidade das academias receberem essas mulheres. Quanto à estrutura, todas passaram por reformas para receber as novas alunas, desde alojamentos reformados à novos banheiros com mais privacidade e enfermarias exclusivamente femininas. Além disso para o acompanhamento das alunas foram recrutadas oficiais mulheres, a fim de proporcionar um melhor conforto e adaptação. Em relação à preparação física as academias contaram com uma parceria para mapear os exercícios físicos adequados ao sexo feminino devido a especificidade e alteridade do corpo feminino, como exemplo, a EsPCEx que utilizou os serviços do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEX), do Rio de Janeiro (CAVALCANTE et al, 2016).

Cada força apresenta processos de inserção diferentes, todos através de concurso, sendo no Exército para ingresso na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), para especialistas em diversas profissões; na Escola de Saúde do Exército (EsSEx), responsável pela inserção de profissionais da saúde (medicina, odontologia e farmácia); no Instituto Militar de Engenharia (IME), um renomado centro tecnológico voltado para formação de engenheiras e engenheiros militares e civis, na Escola de Sargentos de Logística (EsSlog), responsável pela formação das Sargentos de Saúde e por fim mais recentemente na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), formadora de oficiais de carreira (PORTAL BRASIL,2017b).

Na aeronáutica por sua vez o ingresso se dá em diversos locais, em especial para a Academia da Força Aérea (AFA), formadora de aviadoras e aviadores, e por fim na Marinha onde os concursos variam de acordo com o nível de escolaridade da candidata, possibilitando exercer suas profissões no meio militar ou adentrar a Escola Naval (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017b).

Mesmo com as devidas conquistas citadas acima, através de uma maior representatividade feminina nas Forças Armadas, ainda há vários obstáculos para serem

superados. Em 2017 as mulheres ainda são limitadas a certos locais e funções, sendo estas muito mais administrativas e pouquíssimas relacionadas ao combate, devido muitas vezes ao arcaico pensamento de que mulheres inviabilizam a execução de operações militares (MAGALHÃES; CONCEIÇÃO, 2015). Exemplos bem claros disso são a Aeronáutica onde a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), a qual antecede a Academia da Força Aérea, ainda só é composta por homens, o Exército, no qual as cadetes só poderão escolher as armas de logística (Intendência e Material Bélico) e ainda não poderão ir para a linha de frente de combate e a Marinha onde ainda não é possível o ingresso feminino ao Corpo de Fuzileiros Navais (CAVALCANTE et al, 2016).

Considerações finais

Apresentamos nas considerações finais um conjunto de proposições a título de avaliação do processo de revisão dos documentos de defesa.

1. Uma das avaliações mais relevantes sobre a revisão dos documentos de defesa é o tipo de oportunidade que se abre, especialmente para o envolvimento civil nas discussões e quiçá na possibilidade real de contribuir na elaboração dos documentos. A tríade PDN, END e LBDN abre à sociedade brasileira a possibilidade de se aprofundar nos conhecimentos sobre os temas militares, servindo para consolidar a imagem positiva sobre o próprio estamento militar.
2. Em relação ao entorno estratégico, é possível observar que não houve alteração da sua definição na evolução temporal dos documentos avaliados. Embora seja necessário destacar que os documentos em apreciação no Congresso atualmente trazem uma nova área prioritária para atuação brasileira, que não está classificada como entorno, mas marca a diferença de perfil de atuação externo dos respectivos governos responsáveis pela elaboração dos mesmos. Por fim, destaca-se ainda a importância que a crise econômica tem apresentado para a realização dos projetos visionados em 2012 que se mantêm na nova edição dos documentos.
3. Outra avaliação se refere às incertezas acerca do futuro da ordem internacional e dos possíveis cenários contrários que o Brasil pode enfrentar nos próximos anos fazem parte da construção do ato de fala de securitização dos formuladores de políticas nacionais de defesa nacional. Percebe-se uma preocupação crescente dos formuladores dos documentos de defesa nacional e uma visão pessimista e de descrença acerca do engajamento brasileiro no cenário internacional. Este artigo buscou tornar comum e demonstrar as estruturas do Processo de Securitização e como a interlocução entre os autores e a audiência se encaixam no processo de *security framing*.
4. No tocante aos recursos naturais, com foco nos recursos hídricos, este trabalho avaliou que é importante a presença da questão nos livros de defesa. Porém, as características nacionais, quantidade de recursos, distribuição espacial desses, e as ações que já são executadas pelas forças armadas, a questão dos recursos hídricos poderia estar relacionadas de maneira mais relevante, visando a construção de um planejamento e noção institucional no campo da Segurança hídrica, aspecto de suma relevância para o desenvolvimento e bem-estar do País.
5. Um dos objetivos deste trabalho seria avaliar sobre a participação feminina nas Forças Armadas, no que toca a revisão dos documentos de defesa. A participação tem se alterado lentamente e os novos documentos não tratam em como tornar mais efetivo e, consequentemente, mais frequente, a presença de mulheres nas Forças Armadas. É bastante notório que o ambiente militar é composto, em sua maioria, por homens, havendo uma baixa porcentagem de mulheres dentro das corporações militares

brasileiras, podendo ser resultante de uma carga histórica baseada no patriarcado desde os primórdios da composição social brasileira. Por meio desta investigação, procurou-se compreender os motivos que desencadeiam tal fato, e pontuar possíveis soluções para a temática.

Referências

BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; GRAY, C. S. **Strategy in the Contemporary World**. New York: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

______. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Senado, 2008.

______. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF: Senado, 2012.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JR, D. **Panorama Brasileiro de Paz e Segurança**. São Paulo: Hucitec, 2004.

______. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

______. **Minuta do Livro Branco da Defesa. Brasília**, DF: Ministério da Defesa, 2016.

______. **Minuta da Política Nacional da Defesa e Estratégia Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016.

_______ **Sessão: 302.3.54.O**. Câmara dos Deputados. 02/10/2013

_______ **Sessão: 274.3.54.O**. Câmara dos Deputados. 12/09/2013

BURGESS, J. P. **The Routledge Handbook of New Security Studies**. Oxon: Routledge, 2010.

BUZAN, B. **People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations**. Brighton, Sussex:Wheatsheaf Books, 1983.

BUZAN, Barry, *et al,* **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner publishers, 1998.

CARREIRAS, H. **Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino**. Revista Sociologia–Problemas e Práticas 18 (1995): 97-128. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/895/1/6.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2017.

CAVALCANTE, L.B. et all. **Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historico-juridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_(1)>. Acesso em 03 de maio de 2017.

CALVETY, M. D.; MAUER, V. **The Routledge Handbook of Security Studies**. Routledge, 2010.

COOK, C.; BAKKER, K. **Water security**: debating an emerging paradigm. Global Environmental Change, v.22(1): 94-102. doi:10.1016/j.gloenvcha.2011.10.011, 2012.

COLLINS, A. **Contemporary Security Studies**. Oxford: University Press, 2010.

COMISSÃO de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (2016). **Nota Taquigráfica**. Número: 1417/16. 22/11/2016.

CORREIO Braziliense (2017). **Titular do Itamaraty vê "ruptura da ordem democrática" na Venezuela**. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/05/03/interna_mundo,592789/titular-do-itamaraty-ve-ruptura-da-ordem-democratica-na-venezuela.shtml>. Acessado em 04 de maio de 2017.

DEGAUT, M. **“Brazil’s Military Modernization: Is a New Strategic Culture Emerging?”**. Florida, 2017. Disponível em: <http://risingpowersproject.com/wp-content/uploads/2017/02/vol2.1-Marcos-Degaut.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2017.
DEUTSCH, K. W.; BURRELL, S. A.; KANN, R. A.; LEE JR., M.; LICHTERMAN, M.; LINDGREN, R. E.; LOEWENHEIM, F. L. & VAN WAGENEN, R. W. **Political Community and the North Atlantic Area. International Organization in the Light of Historical Experience.** Princeton : Princeton University, 1957.
GREY, D., SADOFF, C. **Sink or swim? Water security for growth and development**. Water Policy, 9(6): 545–571, 2007.
HOFFMAN, B. **Inside Terrorism**. New York: Columbia University Press, 2006.
HOUGH, Peter; MALIK, Shanin; MORAN, Andrew; PILBEAM, Bruce. **International Security Studies**: theory and practice. Routledge, New York, 2015.
HUMAN SECURITY REPORT PROJECT. **The Decline in Global Violence:** Evidence, Explanation, and Contestation. Human Security Report 2013. Vancouver: Human Security Press, 2013. Disponível em: <http://www.hsrgroup.org/docs/Publications/HSR2013/HSRP_Report_2013_140226_Web.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2016.
HURRELL, A. **An emerging security community in South America?** In: ADLER, E.; BARNETT, M. Security Communities. Cambridge: Cambridge University Press, 1998a.
HURRELL, A. **Security in Latin America**. International Affairs, June, pp.529-546. 1998b.
INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance:** the annual assessment of global military capabilities and defense economics. Londres, 2017.
JOBIM, N., ETCHEGOYEN, S.; ALSINA, J.P. (Orgs). **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
JONES, Richard Wyn. Security, Strategy, and Critical Theory. Lynne Rienner Publishers, Inc. 1999.
KACOWICZ, A.; MARES, D. (Eds). **Routledge Handbook of Latin American Security**. Taylor & Francis USA, 2015.
KOLODZIEJ, E. A.. **A segurança internacional depois da Guerra Fria:** da globalização à regionalização. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jul./dez. 95, p. 313-349, 1995.
KREMENYUK, V. A.; ZARTMAN, I. W. **Cooperative security:** reducing Third World Wards. Syracuse, N.Y. : Syracuse University Press, 1995 .
LAKOFF, G. **An introduction to framing and it uses in politics.** 2016. Disponível em: <http://www.cognitivepolicyworks.com/resource-center/frame-analysis-framing-tutorials/simple-framing/>. Acesso em 04 de maio de 2017.
LAUTZE, J.; MANTHRITHILAKE, H. **Water security**: old concepts, new package, what value? Natural Resources Forum 36: 76-87, 2012.
MAGALHÃES, S. M. C.; CONCEIÇÃO, A. L. A. **O corpo feminino, frágil, malsão**: um estudo do habitus de gênero dos militares combatentes do Exército Brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 2, n. 1, p. 138-153, 2015.

MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.
MELLO, A. **As Mulheres na Guerra: Pelo esforço de guerra ou como combatentes**. Universo, nº 61, dez 2016. Disponível em: <http://pre.univesp.br/as-mulheres-na-guerra#.WQquwvnyvIV>. Acesso em 3 de maio de 2017.

MENDONÇA, L. **Pré-Sal:** o Papel da Marinha do Brasil na Defesa do Patrimônio e Alocação de Recursos para essa Finalidade. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 02 de julho de 2013.
MINISTÉRIO DA DEFESA(2017a). **Programa Calha Norte**. Disponível em: <http://calhanorte.defesa.gov.br/programa.html> Acessado em Maio de 2017
MINISTÉRIO DA DEFESA(2017b). História de mulheres nas Forças é repleta de lutas e conquistas. Disponível em:<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/18669-historia-de-mulheres-nas-forcas-e-repleta-de-lutas-e-conquistas> Acesso em: 03 de maio de 2017.
MOYA, J. B. **Las Amenazas Emergentes y/o Asimétricas y su Efecto en las Relaciones Internacionales**. Programa em Diplomado de Relaciones Internacionales. Chile: Universidad de Viña del Mar, 2003.
OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>. Acesso em 03 de maio de 2017.
OLIVEIRA, A.; ONUKI, J. **Brasil, Mercosul e a segurança regional**. Rev. Bras. Polít. Int., Brasília, v. 43, n. 2, p. 108-129, Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de maio de 2016.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano Nacional de Acção para implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009 – 2013)**. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/ianwge/taskforces/wps/nap/Plano_Nacional_Accao_1325.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2017
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2017
PEARLMAN, W.; CUNNINGHAM, K. **Nonstate Actors, Fragmentation, and Conflict Processes**. Journal of Conflict Resolution, 56(1): pp. 3-15. 2011. Disponível em: <http://faculty.wcas.northwestern.edu/wendy-pearlman/documents/2012JournalofConflictResolutionIntrotoSpecialIssue.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2016.
PEOPLES, C.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Critical Security Studies:** An Introduction. Abingdon, UK: Routledge, 2010.
PINTO, V. C. "**Exploring the interplay between Framing and Securization Theory:** the case of the Arab Spring protests in Bahrain" em Revista Brasileira de Política Internacional. v.51 (7): pp.162-176, 2014.
PORTAL BRASIL (2017a). Mulheres já representam 6,34% do efetivo total nas Forças Armadas brasileiras. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/03/mulheres-ja-representam-6-34-do-efetivo-total-nas-forcas-armadas-brasileira> Acesso em: 03 de maio de 2017.
PORTAL BRASIL (2017b). Mulheres podem se inscrever voluntariamente nas Forças Armadas. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/04/mulheres-podem-se-inscrever-voluntariamente-nas-forcas-armadas#como_ingressar_marinha>. Acesso em: 03 de maio de 2015.
SEARLE, J. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. London & New York: Cambridge University Press, 1969.
SMOUTS, M. (org.). **As novas Relações Internacionais**: Práticas e teorias. Brasília: Ed.

Universidade de Brasília, 2004.
UN-WATER. **Water Security & the Global Water Agenda**: A UN-Water Analytical Brief. Hamilton: United Nations University, 2013.
VALOR Econômico (2017). **Somos um país que está a deriva**. Entrevista General Villas Boas. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/4872438/somos-um-pais-que-esta-deriva>. Acesso em 03 de maio de 2017.
VILLA, R.D. **O Paradoxo da Macrossecuritização:** Quando a Guerra ao Terror não Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 36, no 2, 2014.
WILLIAMS, P. **Security Studies:** An Introduction. Oxon, UK: Taylor & Francis Group, 2008.
WILLIAMS, P.. **Security studies**: an introduction. In: Security studies: an introduction. New York: Routledge, 2010.